

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 15/05/2017

Data Referência: 31/03/2017

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil)	31/03/2017
-----------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	1.308.194.522
------------	---------------

Preferenciais	1.308.194.522
---------------	---------------

Total	2.616.389.044
-------	---------------

Em Tesouraria

Ordinárias	0
------------	---

Preferenciais	0
---------------	---

Total	0
-------	---

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	2.283.942	2.310.444
1.01	Ativo Circulante	27.630	45.158
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.590	20.881
1.01.03	Contas a Receber	14.619	17.652
1.01.04	Estoques	1.539	1.186
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.551	3.498
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.331	1.941
1.01.08.03	Outros	2.331	1.941
1.02	Ativo Não Circulante	2.256.312	2.265.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	167.507	166.427
1.02.01.03	Contas a Receber	16.283	16.260
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.283	16.260
1.02.01.06	Tributos Diferidos	150.695	149.638
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	150.695	149.638
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	520	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	520	520
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.03	Imobilizado	8.322	9.282
1.02.04	Intangível	2.080.483	2.089.577
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	2.305	1.915
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	26	26

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	2.283.942	2.310.444
2.01	Passivo Circulante	211.896	191.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.133	8.846
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.133	8.846
2.01.02	Fornecedores	10.608	7.369
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.339	3.769
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	174.960	158.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	142.283	140.223
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	142.283	140.223
2.01.04.02	Debêntures	32.677	18.540
2.01.05	Outras Obrigações	12.856	12.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.799	4.409
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.799	4.409
2.01.05.02	Outros	6.057	7.994
2.02	Passivo Não Circulante	1.548.216	1.606.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.416.038	1.479.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	518.141	571.806
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	518.141	571.806
2.02.01.02	Debêntures	897.897	907.516
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.04	Provisões	86.833	81.260
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.662	4.619
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.546	2.404
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.116	2.215
2.02.04.02	Outras Provisões	82.171	76.641
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	45.202	45.745

2.02.06.02	Receitas a Apropriar	45.202	45.745
2.03	Patrimônio Líquido	523.830	512.824
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.162.500
2.03.02	Reservas de Capital	22.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-678.170	-649.676
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	424	437
2.01.05.02.05	Outros	219	19
2.01.05.02.06	Receita Diferida	5.414	7.538
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	82.171	76.641
2.02.06.02.01	Receita Diferida	45.202	45.745

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	87.634	100.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.730	-74.736
3.03	Resultado Bruto	22.904	25.432
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.958	-10.925
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.958	-10.885
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-40
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.946	14.507
3.06	Resultado Financeiro	-43.497	-68.682
3.06.01	Receitas Financeiras	3.266	4.293
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.763	-72.975
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-29.551	-54.175
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.057	607
3.08.02	Diferido	1.057	607
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.494	-53.568
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.494	-53.568
3.99.01.01	ON	-0,0110	-0,0290
3.99.01.02	PN	-0,0110	-0,0290
3.99.02.01	ON	-0,1100	-0,0290
3.99.02.02	PN	-0,1100	-0,0290

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-28.494	-53.568
4.03	Resultado Abrangente do Período	-28.494	-53.568

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	44.957	45.577
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.624	38.017
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-29.551	-54.175
6.01.01.02	Margem bruta de construção	-139	-289
6.01.01.03	Depreciação e amortização	24.058	23.598
6.01.01.05	Provisão para manutenção	5.530	1.652
6.01.01.06	Provisão para riscos	43	-20
6.01.01.07	Receita diferida	-2.667	-2.453
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	43.232	68.570
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	0	50
6.01.01.10	Provisão para devedores duvidosos	-92	-83
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.333	7.560
6.01.02.01	Créditos a receber	3.125	-1.169
6.01.02.02	Estoques	-353	-1.134
6.01.02.03	Impostos a recuperar	947	2.146
6.01.02.04	Adiantamentos	-390	-535
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-23	-19
6.01.02.07	Fornecedores	-2.197	9.452
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-430	-668
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	1.287	1.475
6.01.02.11	Partes relacionadas	2.390	-294
6.01.02.12	Outros	-1.223	-1.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.080	-1.851
6.02.01	Aplicação Financeira	-17.650	38.219
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17	-209
6.02.03	Aquisição intangível	-8.413	-39.861

6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.168	-50.181
6.03.01	Aumento de capital	17.500	40.000
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	24.160	30.000
6.03.03	Juros pagos	-38.291	-63.682
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-58.537	-56.499
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.291	-6.455
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.881	14.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.590	7.772
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	1.210	1.167
6.01.02.13	Receita diferida	0	49
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	200	-563
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	22.000	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 31/03/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.500	0	0	0	0	39.500
5.04.01	Aumentos de Capital	17.500	0	0	0	0	17.500
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	22.000	0	0	0	0	22.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.494	0	-28.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.494	0	-28.494
5.07	SalDOS Finais	1.202.000	0	0	-678.170	0	523.830

01/01/2016 à 31/03/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.568	0	-53.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.568	0	-53.568
5.07	Saldos Finais	1.024.000	0	0	-560.634	0	463.366

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	94.778	107.029
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	80.711	77.802
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.975	29.144
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	92	83
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.897	-51.478
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.331	-22.145
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-730	-478
7.02.04	Outros	-13.836	-28.855
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.881	55.551
7.04	Retenções	-24.058	-23.598
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.058	-23.598
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.823	31.953
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.266	4.503
7.06.02	Receitas Financeiras	3.266	4.503
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.089	36.456
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.089	36.456
7.08.01	Pessoal	8.280	8.770
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.294	6.435
7.08.01.02	Benefícios	1.580	1.948
7.08.01.03	F.G.T.S.	406	387
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.714	7.980
7.08.02.01	Federais	3.458	3.940
7.08.02.02	Estaduais	321	247
7.08.02.03	Municipais	3.935	3.793
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.589	73.274
7.08.03.01	Juros	46.415	72.722

7.08.03.02	Aluguéis	62	409
7.08.03.03	Outras	112	143
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.494	-53.568
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.494	-53.568
7.02.04.01	Custos de construção	-13.836	-28.855

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2017	31/12/2016
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2017	31/12/2016
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 31/03/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

Comentário de Desempenho

31 de Março de 2017



A **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**, (“CART”) ou (“Companhia”), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, no trecho entre Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e respectivos acessos.

A administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Desempenho correspondente às Informações Financeiras Intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, acompanhado do relatório de revisão especial dos auditores independentes.

DESTAQUE DO PERÍODO

Redução de acidentes no Corredor CART: No 1º trimestre de 2017, a CART registrou uma redução de 24% na quantidade de acidentes em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é o retrato do trabalho desenvolvido em todo o corredor por meio da inspeção na rodovia, monitoramento de câmeras, implementação do programa de Redução de Acidentes, mensagens de alerta em PMV's (Painéis de Mensagem Variável), baseamento de recursos operacionais em pontos estratégicos, ações em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, campanhas educativas e treinamento de colaboradores.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
VEPs	11.873	12.846	-7,6%
Veículos Leves	4.014	4.095	-2,0%
Veículos Pesados	7.859	8.751	-10,2%
Tráfego	5.880	6.138	-4,2%
Veículos Leves	4.063	4.147	-2,0%
Veículos Pesados	1.710	1.887	-9,4%
Veículos Isentos	107	104	2,9%
Tarifa Média (R\$)	6,55	5,86	11,8%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

Nos três meses acumulados de 2017, as praças de pedágio da CART registraram 11,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes, 7,6% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior. O comportamento da queda também foi verificado no setor, com retração de 1,3% no período (Índice ABCR-Brasil), conforme dados divulgados pela ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias).

O tráfego de veículos pesados foi impactado pelo grande volume de chuvas, principalmente no estado de Mato Grosso, com a interdição de acessos importantes para o escoamento da produção de grãos rumo aos portos do país. A queda das exportações de milho também afetou o desempenho do tráfego de veículos pesados, cuja retração nos três meses acumulados de 2017 foi de 82% em comparação ao

mesmo período do ano anterior, conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Receita Bruta	94.685	106.946	-11,5%
Receitas com Pedágio	77.760	75.306	3,3%
Receitas Acessórias	2.950	2.496	18,2%
Receita de Construção (IFRS)	13.975	29.144	-52,0%
Receita Bruta Ajustada¹	80.710	77.802	3,7%
Deduções da Receita Bruta	(7.051)	(6.778)	4,0%
Receita Líquida Ajustada¹	73.659	71.024	3,7%

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Nos três meses acumulados de 2017, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 94,7 milhões, uma redução de 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação negativa é decorrente da Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (-R\$ 15,2 milhões), e é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de investimentos entre os períodos em comparação, além da revisão do critério de apuração.

Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Receita Líquida Ajustada¹	73.659	71.024	3,7%
Receita com Pedágio	70.981	68.759	3,2%
Receitas Acessórias	2.678	2.266	18,2%

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 73,7 milhões, um crescimento de R\$ 2,7 milhões, ou 3,7% frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

a) Receita com Pedágio – Representou 96,4% da Receita Líquida Ajustada, um crescimento de R\$ 2,2 milhões, ou 3,2%, representado principalmente pelo: (i) reajuste tarifário em 1º de julho de 2016 (IPCA) e reclassificação tarifária das praças de pedágio de Caiuá (31/05/2016) e Regente Feijó (01/07/2016) em função da entrega dos trechos de duplicação. Somados os efeitos foram responsáveis por R\$ 8,3 milhões.

(ii) Diminuição de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) no período, responsável pela redução de R\$ 6,1 milhões.

b) Receitas Acessórias – Representou 3,6% da Receita Líquida Ajustada, um aumento de R\$ 0,4 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se pelo reajuste dos contratos vigentes, além da assinatura de novos contratos de ocupação de faixa de domínio e locação de fibra óptica.

CUSTOS & DESPESAS

Custos & Despesas (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Custos & Despesas Operacionais	(73.688)	(85.661)	-14,0%
Pessoal	(8.280)	(8.770)	-5,6%
Conservação & Manutenção	(6.685)	(6.025)	11,0%
Operacionais	(9.764)	(9.604)	1,7%
Outorga Variável	(1.211)	(1.167)	3,8%
Despesas Administrativas	(4.323)	(5.991)	-27,8%
Custo de Construção (IFRS)	(13.836)	(28.855)	-52,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.530)	(1.652)	234,7%
Depreciação & Amortização	(24.058)	(23.597)	2,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(54.322)	(55.154)	-1,5%

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Nos três meses acumulados de 2017, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 73,7 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 13,8 milhões de Custo de Construção e R\$ 5,5 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve uma redução no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo volume de investimentos no período. A Provisão de Manutenção reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua vida útil.

Para efeito de análise, os Custos & Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 54,3 milhões no período, uma redução de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Receita Bruta	94.685	106.946	-11,5%
Receita Líquida	87.634	100.169	-12,5%
Custos Operacionais	(64.730)	(74.776)	-13,4%
Lucro Bruto	22.904	25.393	-9,8%
Despesas Gerais & Administrativas	(8.958)	(10.885)	-17,7%
EBIT	13.946	14.508	-3,9%
(+) Depreciação & Amortização	24.058	23.597	2,0%
EBITDA ¹	38.004	38.105	-0,3%
Margem EBITDA ¹	43,4%	38,0%	5,3 p.ps
Ajustes	5.391	1.363	295,5%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(13.975)	(29.144)	-52,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	13.836	28.855	-52,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	5.530	1.652	234,7%
EBITDA Ajustado ²	43.395	39.468	9,9%
Margem EBITDA Ajustado ²	58,9%	55,6%	3,3 p.ps

¹ Instrução CVM Nº527/12;

² Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA, considerando os impactos do IFRS, totalizou R\$ 38 milhões nos três meses acumulados de 2017, uma redução de 0,4% em relação ao mesmo período de 2016. Houve uma variação positiva de 5,3 p.ps na Margem EBITDA, reflexo da redução dos Custos Operacionais e Despesas Gerais & Administrativas.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 43,4 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 58,9%; uma variação positiva de 3,3 p.ps. no período em comparação.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Resultado Financeiro	(43.497)	(68.682)	-36,7%
Receitas Financeiras	3.266	4.293	-23,9%
Juros sobre Aplicações Financeiras	3.147	4.199	-25,1%
Outros	119	94	26,6%
Despesas Financeiras	(46.763)	(72.975)	-35,9%
Juros sobre Despesas Financeiras	(31.976)	(33.950)	-5,8%
Variações Cambiais e Monetárias	(14.561)	(38.914)	-62,6%
Comissões e despesas bancárias	(114)	(104)	9,6%
Outros	(112)	(7)	1500,0%

Nos três meses acumulados de 2017, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 43,5 milhões de despesas líquidas, uma redução de 36,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com Despesas Financeiras, devido à diminuição do volume principal da dívida (amortizações do período), além das variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Lucro / Prejuízo Líquido	(28.494)	(53.568)	-46,8%

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 28,5 milhões nos três meses acumulados de 2017, uma diminuição de 46,8% em relação ao mesmo período anterior, impactado principalmente pela diminuição do Resultado Financeiro (R\$ 25,2 milhões), conforme explicado anteriormente.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Dívida Líquida	(1.584.409)	(1.653.230)	-4,2%
Disponibilidades	113.575	111.566	1,8%
Caixa e Equivalente de Caixa	6.590	7.772	-15,2%
Aplicações Financeiras	106.985	103.794	3,1%
Dívida Bruta	1.697.984	1.764.796	-3,8%
Curto Prazo	174.960	868.234	-79,8%
Empréstimos e Financiamentos	142.283	843.908	-83,1%
Debêntures	37.089	25.505	45,4%
(-) Encargos Financeiros	(4.412)	(1.179)	274,2%
Longo Prazo	1.523.024	896.562	69,9%
Empréstimos e Financiamentos	597.799	-	n/a
Debêntures	970.140	946.343	2,5%
(-) Encargos Financeiros	(44.915)	(49.780)	-9,8%
Dívida Líquida Ajustada	(1.633.736)	(1.704.189)	-4,1%

Dívida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

A Companhia apresentou uma Dívida Líquida nos três meses acumulados de 2017 de R\$ 1,6 bilhão, representando uma diminuição de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

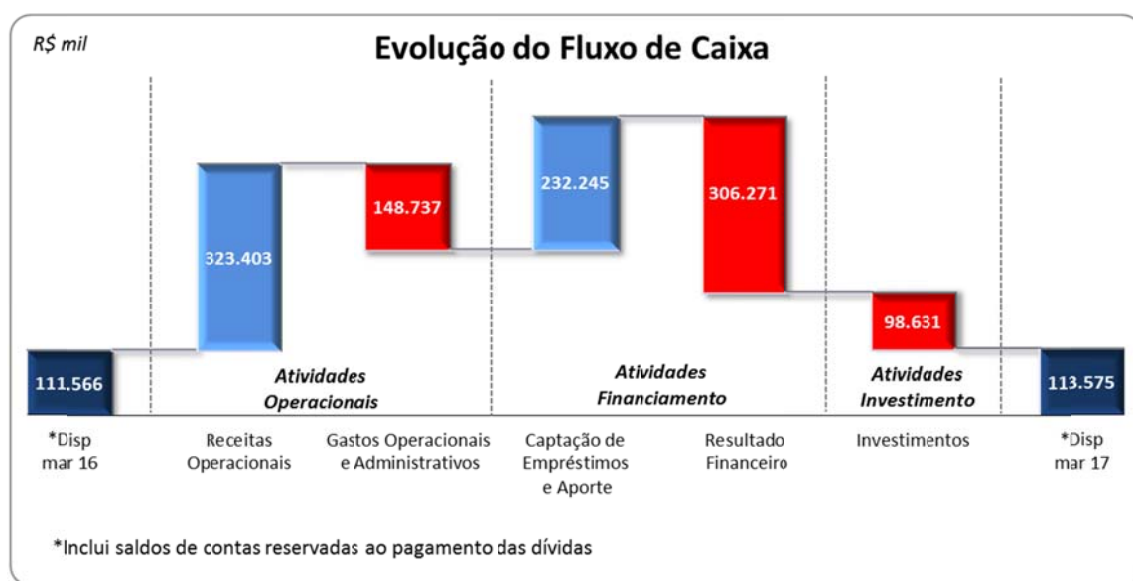
A Dívida Bruta se manteve no mesmo patamar. Entretanto, a partir de junho de 2016 a Companhia voltou a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no longo prazo. Desta maneira, houve um alargamento significativo no perfil de endividamento, onde o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 89,7%.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	3M2017	3M2016	Δ%
Investimento Total	8.117	25.431	-68,1%
Imobilizado	17	209	-91,9%
Intangível	13.988	29.301	-52,3%
Software e Outros	13	157	-91,7%
Direito de Concessão (Investimento)	13.975	29.144	-52,0%
(-) Transação Não Caixa	(5.749)	(3.790)	51,7%
(-) Margem de Construção	(139)	(289)	-51,9%

Nos três meses acumulados de 2017 foram investidos R\$ 8,1 milhões, destinados principalmente à execução de melhorias no sistema viário. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

FLUXO DE CAIXA



A disponibilidade da Companhia ao final de março de 2017 foi de R\$ 113,6 milhões, 1,8% maior em relação ao montante disponível em março de 2016. O aumento é consequência do saldo positivo gerado nas Atividades Operacionais (R\$ 174,7 milhões), atenuado pelas Atividades de Financiamento (-R\$ 74,1 milhões) e pelo caixa destinado às Atividades de Investimentos (-R\$ 98,6 milhões).

CONSIDERAÇÕES

Em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de “eixos suspensos”).

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%. As medidas mencionadas não têm se mostrado suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste da tarifa.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

A Companhia vem discutindo junto a ARTESP a respeito do reajuste concedido, onde a avaliação das taxas de crescimento por categoria vem sendo acompanhadas em

conjunto com a Agência, no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da compensação através da cobrança de eixo suspenso e a aplicação do índice de correção previsto no contrato de concessão.

Em 2015 e 2016, o reajuste ocorreu da forma prevista no Contrato de Concessão, sendo repassado às tarifas de pedágio o percentual integral do IPCA, que foi de 8,47% e 9,32%, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 31 de março de 2017, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$184.266 (R\$145.992 em 31 de dezembro de 2016), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$174.960.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da “Operação Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 11 de maio de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	3.655	2.713
Operações compromissadas em debêntures	<u>2.935</u>	<u>18.168</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.590</u>	<u>20.881</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas que variam de 75% até 95 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mesma taxa praticada em 31 de dezembro de 2016.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AVI (*)	13.710	16.852
Vale pedágio	863	712
Locação de fibra óptica	145	246
Outros	1.417	1.450
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (**)	<u>(1.516)</u>	<u>(1.608)</u>
Total	<u>14.619</u>	<u>17.652</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 16 dias.

(**) A PECLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). São consideradas em PECLD valores vencidos há mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI. É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de seis meses do reconhecimento do crédito.

	<u>Total</u>	<u>(PECLD)</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 180 dias</u>
31 de março de 2017	16.135	(1.516)	14.619	1.516
31 de dezembro de 2016	19.260	(1.608)	17.652	1.608

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Movimentação da PECLD		
Saldo no início do período	(1.608)	(1.256)
Adições	(612)	(2.404)
Reversões	<u>704</u>	<u>2.052</u>
Saldo no fim do período	<u>(1.516)</u>	<u>(1.608)</u>

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	1.474	-
IRRF - aplicações financeiras	1.077	3.497
Outros	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u>2.551</u>	<u>3.498</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal	154.255	154.255
Base negativa da contribuição social	55.532	55.532
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	341	341
Participações nos lucros e resultados (PLR)	404	404
Provisão para riscos processuais	284	284
Provisões não dedutíveis	948	948
Provisão de manutenção	16.911	16.911
Margem de construção (*)	(9.290)	(9.395)
Amortização de direito de concessão (*)	(50.997)	(51.578)
Custo de captação de debêntures (*)	(16.771)	(17.180)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(922)</u>	<u>(884)</u>
	<u>150.695</u>	<u>149.638</u>
 Impostos Diferidos – Ativo	 228.675	 228.675
Impostos Diferidos – Passivo	(77.980)	(79.037)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 228 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. A provisão de manutenção e o custo de captação são realizados conforme o prazo da conclusão da obra e do financiamento, respectivamente.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de três meses findos em 31 de março de 2017, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2016 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais.

A Companhia não constituiu, até março de 2017, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$126.756 (R\$118.101 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2017</u>
2019	51
2020	3.707
2021	3.448
2022 a 2024	17.730
2025 em diante	<u>203.739</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(77.980)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>150.695</u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS	1.141	1.144
ISS	1.637	1.783
IRRF e CSRF	411	692
INSS sobre terceiros	<u>150</u>	<u>150</u>
Total circulante	<u>3.339</u>	<u>3.769</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(29.551)	(54.175)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	10.047	18.420
Adições permanentes	(334)	(944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(8.656)</u>	<u>(16.869)</u>
Total dos impostos no resultado	1.057	607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	607
Alíquota efetiva	(3,58%)	(1,12%)

6. IMOBILIZADO

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2017</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	6.075	17	-	6.092
Móveis e utensílios	5	3.836	-	-	3.836
Veículos	5	3.580	-	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.626	-	-	38.626
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		52.601	17	-	52.618

<u>Depreciação</u>					
Instalações		(32)	(1)	-	(33)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(125)	-	(4.847)
Móveis e utensílios		(3.257)	(93)	-	(3.350)
Veículos		(2.094)	(162)	-	(2.256)
Equipamentos de informática		(32.919)	(591)	-	(33.510)
Ferramentas e aparelhos		<u>(295)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(300)</u>
		<u>(43.319)</u>	<u>(977)</u>	<u>-</u>	<u>(44.296)</u>
Imobilizado líquido		<u>9.282</u>	<u>(960)</u>	<u>-</u>	<u>8.322</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	5.809	266	-	6.075
Móveis e utensílios	5	3.995	-	(159)	3.836
Veículos	5	3.546	34	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.741	163	(278)	38.626
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		52.575	463	(437)	52.601

<u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(7)	-	(32)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(875)	-	(4.722)
Móveis e utensílios		(2.974)	(442)	159	(3.257)
Veículos		(1.439)	(655)	-	(2.094)
Equipamentos de informática		(30.404)	(2.785)	270	(32.919)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(295)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>429</u>	<u>(43.319)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(4.324)</u>	<u>(8)</u>	<u>9.282</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de ajuste para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer ajuste para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de março de 2017.

7. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2017</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	10.397	13	-	10.410
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	13.975	-	1.914.778
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.545.220	13.988	-	2.559.208
<u>Amortização</u>					
Software		(7.663)	(281)	-	(7.944)
Marcas e patentes		(11)	-	-	(11)
Direito de concessão		(283.869)	(17.518)	-	(301.387)
Outorga fixa		<u>(164.100)</u>	<u>(5.283)</u>	<u>-</u>	<u>(169.383)</u>
Amortização acumulada		<u>(455.643)</u>	<u>(23.082)</u>	<u>-</u>	<u>(478.725)</u>
Intangível, líquido		<u>2.089.577</u>	<u>(9.094)</u>	<u>-</u>	<u>2.080.483</u>
	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	914	-	10.397
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	114.498	(492)	1.900.803
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.430.300	115.412	(492)	2.545.220
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(1.150)	-	(7.663)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(68.045)	114	(283.869)
Outorga fixa		<u>(142.966)</u>	<u>(21.134)</u>	<u>-</u>	<u>(164.100)</u>
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(90.330)</u>	<u>114</u>	<u>(455.643)</u>
Intangível, líquido		<u>2.064.873</u>	<u>25.082</u>	<u>(378)</u>	<u>2.089.577</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, 22 anos. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida encontra-se totalmente no circulante em função do não atendimento das cláusulas restritivas, com o reestabelecimento dos índices financeiros, em 30 de junho de 2016, a dívida foi transferida para longo prazo.

(**) As aplicações financeiras no montante de R\$79.658 em 31 de março de 2017 (R\$79.133 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 98,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI).

BNDES

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2017</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	168.051
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	85.683
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	38.441
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	138.210
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	77.130
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>208.086</u>
Subtotal				<u>715.601</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(79.658)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>635.943</u>
Parcelas do circulante				117.802
Parcelas do não circulante				518.141

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	177.927
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	88.939
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	39.902
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	142.028
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	95.226
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>246.759</u>
Subtotal				790.781
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(79.133)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>711.648</u>
Parcelas do circulante				139.842
Parcelas do não circulante				571.806

(*)Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2017 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2016), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de março de 2017, o montante no passivo circulante é de R\$24.481.

3 – Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia classificou as respectivas aplicações financeiras vinculadas no seu passivo não circulante.

9. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Amortização juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2017</u>
Passivo circulante								
Debêntures	22.708	-	14.186	195	-	-	-	37.089
Custos a amortizar	(4.168)	1.202	-	-	-	-	(1.446)	(4.412)
Total	<u>18.540</u>	<u>1.202</u>	<u>14.186</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.446)</u>	<u>32.677</u>
Passivo não circulante								
Debêntures	960.773	-	-	9.366	-	-	-	970.139
Custos a amortizar	(46.361)	-	-	-	-	-	1.446	(44.915)
Total	<u>914.412</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.812</u>	<u>925.225</u>
Total geral	<u>932.952</u>	<u>1.202</u>	<u>14.186</u>	<u>9.561</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>957.901</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	<u>(6.896)</u>							<u>(27.327)</u>
Debêntures líquidas	<u>926.056</u>							<u>930.574</u>

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$27.327 em 31 de março de 2017 (R\$6.896 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 98,0% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 99,0% a 99% do CDI).

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2017</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	510.154
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	497.07
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(49.327)</u>
Subtotal				<u>957.901</u>
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(27.327)</u>
Debentures líquidas				<u>930.574</u>
Parcelas do circulante				32.677
Parcelas do não circulante				897.897

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Amortização juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante								
Debêntures	11.628	-	58.704	1.260	(9.991)	(58.350)	19.457	22.708
Custos a amortizar	(3.055)	480	-	-	-	-	(1.593)	(4.168)
Total	<u>8.573</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>1.260</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>17.864</u>	<u>18.540</u>
Passivo não circulante								
Debêntures	919.777	-	-	60.453	-	-	(19.457)	960.773
Custos a amortizar	(47.954)	-	-	-	-	-	1.593	(46.361)
Total	<u>871.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.453</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.864)</u>	<u>914.412</u>

Total geral	<u>880.396</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>61.713</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>-</u>	<u>932.952</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	<u>(5.914)</u>							<u>(6.896)</u>
Debêntures líquidas	<u>874.482</u>							<u>926.056</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	498.269
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	485.212
(-) Custos de transação - Debêntures				(50.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(6.896)</u>
Debentures líquidas				<u>926.056</u>
Parcelas do circulante				18.540
Parcelas do não circulante				907.516

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de março de 2017.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	20.213
2019	20.213
2020	50.528
2021	121.268
2022 a 2024	<u>757.918</u>
	<u>970.140</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2017 é de R\$49.327 (R\$50.529 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	(4.411)
2018	(3.837)
2019	(6.130)
2020	(7.320)
2021	(8.259)
2022 a 2024	<u>(19.370)</u>
	<u>(49.327)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia classificou as respectivas aplicações financeiras vinculadas no seu passivo não circulante.

10. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	31/03/2017			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	2.546	16.130	159	18.835
Cíveis	<u>2.116</u>	<u>36.355</u>	<u>82</u>	<u>38.553</u>
	<u>4.662</u>	<u>52.485</u>	<u>241</u>	<u>57.388</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2016			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	2.404	13.767	91	16.262
Cíveis	<u>2.215</u>	<u>36.720</u>	<u>113</u>	<u>39.048</u>
	<u>4.619</u>	<u>50.487</u>	<u>204</u>	<u>55.310</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Saldo inicial <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	Saldo final <u>31/03/2017</u>
Trabalhistas	2.404	192	(50)	2.546
Cíveis	<u>2.215</u>	<u>9</u>	<u>(108)</u>	<u>2.116</u>
Total	<u>4.619</u>	<u>201</u>	<u>(158)</u>	<u>4.662</u>

	Saldo inicial <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	Saldo final <u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	676	1.897	(169)	2.404
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>966</u>	<u>(407)</u>	<u>2.215</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>2.863</u>	<u>(576)</u>	<u>4.619</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.546 em 31 de março de 2017 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$16.130 em 31 de março de 2017 (R\$13.767 em 31 de dezembro de 2016).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.116 em 31 de março de 2017 (R\$2.215 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$36.355 em 31 de março de 2017 (R\$36.720 em 31 de dezembro de 2016), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Em 22 de agosto de 2016 foi realizado perícia e, a CART aguarda o laudo pericial para manifestação.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2017 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2017, é de R\$ 2.322.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/03/2017					Resultado (despesa)
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	26	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	-	6.799	-	(2.390)
			<u>26</u>	<u>520</u>	<u>6.799</u>	<u>143</u>	<u>(2.390)</u>

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2016			31/03/2016		Resultado (despesa)
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	26	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	-	4.409	-	(2.166)
			<u>26</u>	<u>520</u>	<u>4.409</u>	<u>143</u>	<u>(2.166)</u>

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

OAS

Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R\$ 450 milhões, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes.

A Companhia não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contrapontos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350 milhões.

Tanto CART quanto OAS indicaram os árbitros que poderão integrar o Corpo de Árbitros, os quais preencheram o Questionário de Conflitos de Interesse e Disponibilidade do CAM/CCBC.

Os referidos árbitros indicados, após a confirmação de suas indicações, escolherão um terceiro árbitro, o qual presidirá o Tribunal Arbitral.

Tendo em vista que a arbitragem ainda não foi instituída, reiteramos o posicionamento anteriormente informado de que “somente com as evidências apresentadas durante o curso desta, os advogados da Companhia terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois nesse momento não há elementos suficientes para essa avaliação”.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.749.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período / exercício.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pró-labore	377	1.535
Bônus variáveis	-	688
Encargos	75	445
Outros benefícios	<u>67</u>	<u>272</u>
	<u>519</u>	<u>2.940</u>

Em 31 de março de 2017, a Companhia provisionou o montante de R\$201 (R\$820 em dezembro de 2016), de participação/bônus para os administradores.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
TIM Celular S.A.	47.405	47.948
OI Móvel S.A.	1.188	1.766
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	1.856	3.326
Outros	<u>166</u>	<u>243</u>
	<u>50.615</u>	<u>53.283</u>
Circulante	5.414	7.538
Não circulante	45.202	45.745

13. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2017 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/03/2017</u>
Não circulante	<u>76.641</u>	<u>5.530</u>	<u>82.171</u>
Total	<u>76.641</u>	<u>5.530</u>	<u>82.171</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 31 de março de 2017 é de 9,16% a.a.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito da Companhia era de R\$1.180.000, sendo, R\$1.162.500 integralizadas e R\$17.500 a integralizar, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Abaixo segue a mutação do patrimônio líquido:

Capital Subscrito em		
31/12/2016	<u>R\$ 1.180.000</u>	<u>2.616.389</u>
Integralizadas	R\$ 1.162.500	2.539.929
À integralizar	R\$ 17.500	76.460
	Aumento de capital aprovado em	<u>Nº de ações</u>
	AGE de 15/04/2016	<u>(em milhares)</u>
14/02/2017	<u>R\$ 17.500</u>	<u>76.460</u>
Capital Subscrito em		
31/03/2017	<u>R\$ 1.180.000</u>	<u>2.616.389</u>

Dessa forma em 31 de março de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2017</u>
INVEPAR	<u>22.000</u>
	<u>22.000</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2017.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita bruta de pedágio	77.760	75.306
Receitas acessórias	2.950	2.496
Receita de construção	13.975	29.144
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(505)	(489)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(2.333)	(2.259)
ISS - Receita de pedágio	(3.935)	(3.793)
Abatimento - Receita de pedágio	(6)	(6)
PIS - Receita acessória	(49)	(41)
COFINS - Receita acessória	<u>(224)</u>	<u>(190)</u>
	<u>87.634</u>	<u>100.168</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Pessoal e encargos	(9.802)	(10.180)
Conservação e manutenção	(6.685)	(6.025)
Seguros e garantias	(772)	(490)
Serviços de terceiros	(3.186)	(3.124)
Veículos	(1.337)	(1.401)
Consultoria e assessoria	(773)	(589)
Aluguéis e impostos	(59)	(426)
Energia elétrica	(611)	(766)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	92	83
Provisão para riscos	(43)	20
Partes relacionadas	(2.390)	(2.166)
Provisão de manutenção	(5.530)	(1.652)
Outorga variável	(1.211)	(1.167)
Depreciação e amortização	(24.058)	(23.598)
Custo de construção	(13.836)	(28.855)
Outros	<u>(3.487)</u>	<u>(5.325)</u>
	<u>(73.688)</u>	<u>(85.661)</u>
Custo de serviços prestados	(50.894)	(45.881)
Custo de construção	(13.836)	(28.855)
Despesas gerais e administrativas	(8.958)	(10.885)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(40)
	<u>(73.688)</u>	<u>(85.661)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicação financeira	<u>3.266</u>	<u>4.293</u>
	<u>3.266</u>	<u>4.293</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(16.589)	(20.388)
Juros sobre debêntures	(15.387)	(13.561)
Variação monetária – BNDES	(4.999)	(26.932)
Variação monetária - Debêntures	(9.561)	(11.982)
Outras	<u>(227)</u>	<u>(112)</u>
	<u>(46.763)</u>	<u>(72.975)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(43.497)</u>	<u>(68.682)</u>

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados

básico e diluído por ação:

	31/03/2017			31/03/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(14.247)	(14.247)	(28.494)	(26.784)	(26.784)	(53.568)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.289.079</u>	<u>1.289.079</u>	<u>2.578.159</u>	<u>921.578</u>	<u>921.578</u>	<u>1.843.156</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,011)	(0,011)		(0,029)	(0,029)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme nota explicativa nº8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias

efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2017, é de R\$424 (R\$437 em 31 de dezembro de 2016).

Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.223 (R\$4.778 em 31 de dezembro de 2016) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$46.394. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$134.689. Vigência de 12 meses.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$46.394	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$134.689	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Bradesco Seguro	(d)
D&O	R\$100.000	20/03/2017 a 20/03/2018	XL Seguros	-
Patrimonial	R\$16.000	13/01/2017 a 13/01/2018	Tokio Marine	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos

descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	6.590	-	20.881	-
Aplicação financeira - vinculada (*)	106.985	-	86.029	-
Partes relacionadas	-	546	-	546
Créditos a receber	-	14.619	-	17.652
Total do ativo	<u>113.575</u>	<u>15.165</u>	<u>106.910</u>	<u>18.198</u>
<u>Passivos</u>				
Fornecedores	-	10.608	-	7.369
Partes relacionadas	-	6.942	-	4.552
Empréstimos e financiamentos	-	740.082	-	791.162
Debêntures (**)	-	957.901	-	932.952
Obrigações com poderes concedentes	-	424	-	437
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.715.957</u>	<u>-</u>	<u>1.736.472</u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide nota explicativa 8 e 9).

(**) Líquido do Custo a amortizar

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se

aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de março de 2017 tinham o valor de R\$884.370 (R\$ 978.247 em 31 de dezembro de 2016).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)

	31/03/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	<u>106.985</u>	<u>_____</u> -	<u>106.985</u>	<u>_____</u> -
Total	<u>106.985</u>	<u>_____</u> -	<u>106.985</u>	<u>_____</u> -

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/03/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	<u>884.730</u>	<u>-</u>	<u>884.730</u>	<u>-</u>
Total	<u>884.370</u>	<u>-</u>	<u>884.370</u>	<u>-</u>

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	<u>104.197</u>	<u>-</u>	<u>104.197</u>	<u>-</u>
Total	<u>104.197</u>	<u>-</u>	<u>104.197</u>	<u>-</u>

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	<u>978.247</u>	<u>-</u>	<u>978.247</u>	<u>-</u>
Total	<u>978.247</u>	<u>-</u>	<u>978.247</u>	<u>-</u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide nota explicativa 8 e 9).

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de

2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indicador	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	10,65%	7,99%	5,33%
Passivo financeiro			
IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
TJLP	7,12%	8,9%	10,68%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Equivalente de caixa	DI	2.935	129	97	65
Aplicação financeira (**)	DI	106.985	2.575	1.953	1.324

a) Passivo financeiro (*)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Debêntures	IPCA	510.154	45.479	50.565	55.649
Debêntures	IPCA	497.074	45.465	50.428	55.389
BNDES	TJLP	430.385	38.648	51.724	64.798
BNDES	IPCA	285.216	37.596	40.609	43.620
Conta garantida	DI	24.481	3.642	4.140	4.627

(*) O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide nota explicativa 8 e 9).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta valores a receber de R\$16.135 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 80,61% deste, ou seja, R\$13.006, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.260 em 31 de dezembro de 2016, sendo 83,71% com a CGMP, ou seja, R\$16.123). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 31 de março de 2017, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>31 de março de 2017</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	142.283	297.360	164.836	135.603	740.082
Debêntures	32.677	73.668	306.864	544.692	957.901
Fornecedores	10.608	-	-	-	10.608

<u>31 de dezembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	140.223	353.579	163.305	134.055	791.162
Debêntures	18.540	71.521	303.650	539.241	932.952
Fornecedores	7.369	-	-	-	7.369

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos	740.082	791.162
Debêntures	957.901	932.952
Caixa e equivalentes de caixa	(6.590)	(20.881)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	<u>(106.985)</u>	<u>(86.029)</u>
Dívida líquida	1.584.408	1.617.204
Patrimônio líquido	<u>523.830</u>	<u>512.824</u>
Endividamento líquido	<u>2.108.238</u>	<u>2.130.028</u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide notas explicativas 8 e 9).

21. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	5.749	313

22. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$13.975 (vide Nota Explicativa 15), como receita de construção, (R\$29.144 em 31 de março de 2016) e como margem de construção de R\$139 (R\$289 em 31 de março de 2016).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o período de três meses findos em 31 de março de 2017 é de R\$1.914.778 (R\$1.815.884 em 31 de março de 2016).

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 184.266 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 174.960 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações Lava Jato e Greenfield. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Procedimento arbitral

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 11 às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. No momento, os advogados da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nosso conhecimento de nenhum fato que nos leve a

revisão dos dados anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outro auditor independente, cujo relatório não conteve modificação datado em 13 de maio de 2016, com ênfase sobre diligências envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia e continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Concessionária relativa ao período de três meses findos em 31 de março de 2017.

Bauru, 11 de maio de 2017.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Contábeis da a Concessionária referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2017.

Bauru, 11 de maio de 2017.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores
